

Hemodiálise faz 24 vítimas em Maceió

Três meses depois de inspecionada pelo Ministério da Saúde, Santa Casa contamina pacientes. A água é a principal suspeita

Maceió — Vinte e quatro pacientes do Instituto de Nefrologia da Santa Casa de Misericórdia de Maceió foram contaminados na sexta-feira passada por uma bactéria durante sessões de hemodiálise. Cinco deles continuam internados na enfermaria do hospital. “Até o momento, o quadro clínico desses pacientes é de evolução progressiva”, garante o médico responsável pelo instituto, o nefrologista José Dagmar Ferreira Vaz.

Enquanto a causa da contaminação não é descoberta, o setor de hemodiálise da Santa Casa de Misericórdia de Maceió, que atende 120 pacientes com problemas renais e há três meses passou por inspeção do Ministério da Saúde, ficará interditado. Há suspeita de que a conta-

minação foi provocada pela água fornecida pela Companhia de Abastecimento de Água e Saneamento de Alagoas (Casal). Segundo Ferreira Vaz, o excesso de cloro prejudica o tratamento.

Uma comissão de controle de infecção hospitalar já começou a colher amostras e a vistoriar o Instituto de Nefrologia da Santa Casa de Maceió. A direção do instituto disse que será minuciosamente verificada toda o percurso da água usada na hemodiálise e serão checados todos os materiais e substâncias utilizados no tratamento. As amostras passaram por dois tipos de exames: um físico-químico e outro bacteriológico.

Amostras da água utilizada na diálise também foram enviadas na segunda-feira para exames no Nú-

cleo de Pesquisa de Produtos Naturais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O resultado desses exames fica pronto em uma semana. Dos 120 pacientes que fazem hemodiálise na Santa Casa, 25 foram internados sob suspeita de contaminação, mas apenas 19 casos foram constatados.

SINTOMAS

Ferreira Vaz disse que os sintomas registrados nos pacientes contaminados na Santa Casa de Maceió diferem dos apresentados pelas vítimas da hemodiálise de Caruaru, em Pernambuco. “Não diagnosticamos os sintomas neurológicos apresentados pelos pacientes de Caruaru. Nossos pacientes tiveram apenas náuseas, vômitos, febre, calafrios e, em alguns casos, aparecimento de lesões de herpes labial”, garantiu.

O diagnóstico inicial do diretor do hospital é de endotoxemia, ou seja, intoxicação por bactéria. Mas ele afirma que, pelo quadro clínico apresentado pelos pacientes, “a

bactéria não é perigosa”. Ele se reuniu na segunda-feira passada com integrantes da Associação dos Doentes Renais Crônicos de Alagoas (Arcal) para explicar o que ocorreu e tranquilizar os pacientes.

Em nota distribuída à imprensa, Ferreira Vaz afirma que tão logo surgiram os primeiros sinais e sintomas de contaminação, na semana passada, foram tomadas todas as providências para evitar que outros pacientes fossem contaminados. “Essas providências foram aprovadas pelo Conselho de Controle de Infecção Hospitalar, que investiga o caso a mando da Secretaria Estadual da Saúde”, assegurou.

Essa é a primeira vez, em 20 anos, que pacientes do hospital são contaminados em sessões de hemodiálise. A instituição recebe do SUS (Sistema Único de Saúde) R\$ 73,51 por diálise. Na tabela da Associação Médica Brasileira (AMB), o preço de cada diálise é R\$ 105,00. Cada doente renal realiza três sessões de hemodiálise por semana e cada sessão consome 120 litros de água.

MEMÓRIA

Em Caruaru, 59 mortes

No dia 20 de fevereiro, em pleno Carnaval, a vida de 126 pacientes do Instituto de Doenças Renais de Caruaru (IDR), em Pernambuco, começou a sair de ritmo.

A água usada na hemodiálise estava contaminada por minúsculas algas azuis que liberavam toxinas e envenenou todos os pacientes do IDR. Sem saber, a cada sessão de hemodiálise eles contraíam uma violentíssima hepatite tóxica.

A direção do IDR ainda tentou esconder os primeiros casos, mas a situação

saiu de controle com a piora do estado de saúde dos pacientes. Só em março, quando já havia seis mortos, o IDR comunicou o fato às secretarias municipal e estadual de Saúde. A chacinha da hemodiálise saía da penumbra.

Morreram 59 pacientes e poucas ações sobraram de concreto. A clínica foi fechada pelo Ministério da Saúde e o Congresso aprovou o pagamento de pensão para as famílias das vítimas. O processo de responsabilidade criminal ainda se arrasta na Justiça.